CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
P A R E C E R N° 1.153/72
Aprovado em 28/8/1.972

PROCESSO: CEE N° 1623/72

INTERESSADO: JAIR NORBERTO RATTNER E BENI BARUCH RATTNER

ASSUNTO: Pedido de equivalência de estudos realizados em escola de país estrangeiro.

CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU

RELATOR: Conselheiro PAULO NATHANAEL PEREIRA DE SOUZA

HISTÓRICO:

Os estudantes Jair Norberto Rattner e Beni Baruch Rattner, filhos de Heinrich Rattner, concluíram em dezembro de 1971 as 5ª e 7ª séries do ensino de 1º grau, respectivamente, nos colégios paulistas Instituto Educacional Domus e IEE liberto Conte, e, depois, seguiram para os USA, onde se matricularam na Agassiz Grammar School, da cidade de Cambridge, Massachusetts.

Dada a discrepância entre o calendário escolar brasileiro e o norte americano, (o. nosso acompanha o ano civil e o deles vai de julho a junho) havia duas alternativas para os irmãos Rattner: ficam um semestre sem estudar, até que, no meio do ano, se iniciasse o novo ano letivo; ou matricular-se a maio do ano letivo, com a perda de um semestre de estudos e o esforço dobrado para vencer um ano em seus meses. Escolhida a segunda hipótese, Jair Norberto e Beni Baruch, apesar das dificuldades da língua, matricularam-se respectivamente nas 6ª e 8ª séries da escola de 1º grau, logrando aprovação no final do ano, isto é, em junho p. passado. De volta ao Brasil e juntando os documentos de pra Xe devidamente legalizados, solicitam deste Conselho o reconhecimento dos estudos feitos na Agassiz Gramnar Scholl (USA) e a autorização para se matricularem, em agosto p. futuro, nas séries seguintes da sua escolaridade, isto é, a 7ª do 1º grau e a 1ª do 2º grau.

FUNDAMENTAÇÃO:

Nos termos da legislação vigente para o ensino no Brasil, o ano letivo terá, no mínimo 180 dias de trabalho escolar efetivo excluído o tempo reservado às provas finais, caso estas sejam adotadas (artigo 11, da Lei n° 5.692/71). Isso não quer dizer que o aluno deva necessariamente ter uma frequência de 180 dias, para lograr aprovação: pode normalmente apresentar uma assiduidade igual ou superior a 75% na respectiva disciplina área de estudo ou atividade e, numa situação extrema, pode ter frequência abaixo de 75% e assim mesmo ser aprovado, com a condição de que "tenha tido aproveitamento superior a 80% da escala de notas ou menções adotadas pelo estabelecimento".

Conclua-se da análise desses dispositivos contidos no artigo 14 da Lei n° 3.692/71, que a frequência mínima deixou de ser condição essencial para a promoção do aluno no ensino de 1º e de 2º graus. Nos termos da letra "b" do § 2 do artigo citado, é lícito chegar a hipótese extrema de um aluno só comparecer à escola nos dias de prova e ser promovido, no final do ano letivo, se lograr obter notas acima de 8,0, numa escala de avaliação de zero a dez.

Embora o dispositivo se apresente na lei para beneficiar o aluno "a posteriori", isto é, ao término do ano cursado, medidos o, aproveitamento e a frequência, nada impede que se o aplique em senti do prospectivo e, portanto, "a priori", conforme se nos oferece o caso em foco.

A solução, além de ousada e sem precedente, deixa entrever uma certa extravagância, eis que os alunos acabarão por ganhar todo um ano no seu processo de escolaridade: um ano feito em 6 meses nós USA (1º semestre de 1972) e outro igualmente feito em 6 meses no brasil (2º semestre de 1972). Acresce a necessidade de autorizar-se a matrícula em agosto, o que também toca as raias do ineditismo.

Estamos, como se vê, face um punhado de excepcionalidades contudo, é mister deixar bem claro, sem que se fira um só dos dis

positivos da Lei n° 5.692/71

CONCLUSÃO:

A vista do exposto, somos de opinião que este Conselho:

Reconheça os estudos feitos nos Estados Unidos por Jair Norberto e Beni Baruch, como equivalentes, respectivamente, à 6ª e à 8ª series do ensino de 1º grau;

Autorize, excepcionalmente, a matrícula de Jair Norberto, na 7ª serie do ensino de 1º grau, e Beni Baruch na 1ª série de ensino de 2º grau, a partir do mês do agosto p. futuro, devendo a aprovação de ambos para as séries seguintes, ao final do corrente ano letivo ficar condicionada à satisfação do disposto na letra b., do § 3º do artigo 14 da Lei n° 5.692/71. Se a escola adotar a escala de avaliação de zero a dez, a nota de aprovação em cada disciplina, área de estudo, ou atividade deverá ser de, no mínimo, 8,1 pontos, reduzido o coeficiente.

No tocante a exames de adaptação, nada ha que observar eis que a quase totalidade da escolaridade dos interessados foi realiza da em estabelecimentos de ensino brasileiros.

São Paulo, 18 de julho de 1972.

a) Conselheiro Paulo Nathanael Pereira de Souza
Relator.

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, em sessão realizada nesta data, apos discussão e votação, adotou come seu Parecer a conclusão do VOTO do nobre Conselheiro, Paulo Nathanael Pereira de Souza. O Conselheiro José Borges dos Santos Jmnior apresentou declaração de voto.

Presentes os nobres Conselheiros: José Conceição Paixão, Olavo Baptista Filho, Paulo Nathanael Pereira de Souza, Maria Ignez L. de Siqueira e Therezinha Fram.

Sala das Sessões, 31 de julho de 1972.

a) Conselheiro José Borges dos Santos - Presidente

DECLARAÇÃO DE VOTO

Apresentada pelo Senhor Conselheiro José Borges dos Santos Júnior

Pedi vista do Processo n° 1623/72-CEE atendendo ao seguinte:

Até melhor estudo não posso acompanhar, em toda a sua extensão, a interpretação dada pelo eminente Relator à alínea b do § 3º do artigo 14 da Lei 5692/72, e em cujo mérito não entro no momento. De sorte que, votando a favor da conclusão, o faço com ressalva desta par te da fundamentarão.

A conclusão do eminente Relator me parecer não somente acertada, mas oportuna e justificada por dar início à jurisprudência que vai se tornando cada vez mais necessária em face da multiplicação de situações escolares independentes da vontade de aluno, situações que não se encaixam na regularidade do andamento dos trabalhos escolares : procura favorecer o progresso da vida escolar de aluno colocado em situação excepcional, fortalecendo a Lei pela sua aplicação a caso que, certamente, estava na previsão do legislador.

São Paulo, 31 de julho de 1972.

a) Conselheiro José Borges dos Santos Júnior